

A tarefa indelegável do presidente

Até que ponto uma situação precisa piorar para que uma coletividade se dê conta do imperativo de se adotar rapidamente medidas que se tivessem sido aplicadas antes teriam evitado o pior? Como tais medidas produzem efeitos imediatos inevitavelmente dolorosos, tendem a suscitar uma resistência proporcional à ignorância dos benefícios que virão a proporcionar em prazo mais longo. A resistência se propaga pelo conjunto da sociedade mesmo quando os maiores prejuízos irão incidir principalmente sobre aqueles setores cujos privilégios até então intocados constituem o próprio cerne do problema (como é o caso, no Brasil, do regime previdenciário do funcionalismo em relação ao rombo nas contas públicas).

Nos regimes democráticos, as defesas erguidas pelos interesses constituídos serão tanto mais difíceis de serem postas abaixo, quanto maior for o alheamento da população, seja quanto à natureza e ao porte da crise, seja quanto aos ganhos que o seu combate, a tempo e a hora, irá proporcionar, em um segundo momento, ao País inteiro. A esses fatores adversos à mudança se agrega outro dado "cultural": as nações, como é o caso do Brasil, que não experimentaram a devastação causada por guerras recorrentes ao longo de sua história ou costumes desastres naturais de grande intensidade, costumam

responder de forma inadequada à necessidade de subordinar o interesse particular ao interesse geral, custe o quanto custar essa subordinação, de sorte que suas instituições políticas possam enfrentar uma situação-limite que ameaça a todos, com a urgência e a determinação imprescindíveis.

Por tudo isso não se pode ficar indiferente ao comportamento irrealista, para não dizer irresponsável, exibido por grande parcela da chamada classe política, incluindo muitos governadores de Estado, bem como de um número infelizmente ponderável de empresários, dirigentes sindicais, economistas, juristas e *tutti quanti* em seus pronunciamentos sobre o programa de estabilidade fiscal. O irrealismo consiste menos nas críticas ou restrições ao programa do que na absoluta falta do sentido de premência com que se referem à matéria. Dada a extrema gravidade do momento, chega a ser inquietante que a rapidez com que a crise precisa ser atacada não esteja no centro do debate sobre a (tardia) política de austeridade na gestão dos recursos do Estado, consubstanciada nas medidas contidas no Programa de Estabilidade Fiscal apresentado pelo gover-



no. Como se a precariedade da situação internacional e a profundidade dos desajustes financeiros e patrimoniais do setor público brasileiro permitissem discutir o assunto com vagar acadêmico até se chegar às hipotéticas soluções aceitáveis por todos.

A omissão do fator "tempo" é ainda mais preocupante porque já nem estão em pauta o diagnóstico (a crise financeira terminal do Estado) e as metas (a conquista do equilíbrio das contas públicas em um ambiente despoluído de inflação). Ninguém em sã consciência pode refutar uma coisa ou outra. Tudo, portanto, se concentra em aceitar, corrigir ou rejeitar os meios propostos pelo governo. E mesmo estes eram de antemão conhecidos. Assim sendo, por que as oposições tardam em propor o "antipacote" de que fala a sua facção dita propositiva? E o que esperam as lideranças políticas do governo para definir as eventuais alterações compensatórias, supostamente negociáveis com a equipe econômica, destinadas a amenizar o amargor de alguns pontos do programa? O presidente da República tem sua parcela de responsabilidade por se falar tanto em números e tão pouco no fato de o saneamento ao qual

se referem ter-se tornado uma corrida contra o relógio, e menos ainda nas consequências econômicas e sociais – e até políticas – que teria a rejeição do programa. Como observou ontem o colunista Alberto Tamer, "Fernando Henrique, no seu pronunciamento de terça-feira, perdeu a grande oportunidade de conscientizar a sociedade e a classe política de que o País vive uma das crises mais graves das últimas décadas". Essa oportunidade pode – e deve – ser reconstruída.

FHC deverá explicar à imensa maioria do povo o que acontecerá se o ajuste fiscal não for aprovado

O ministro da Fazenda e os líderes da base governista no Congresso estão mais do que qualificados a conduzir a negociação política pontual dos projetos. A tarefa indelegável do presidente é a indispensável mobilização da vontade nacional em favor do programa para facilitar a sua rápida aprovação no Congresso.

Ele está na obrigação de explicar à imensa maioria dos brasileiros que não podem compreender o significado da claríssima aritmética de Pedro Malan, o que acontecerá neste país se o ajuste fiscal não for rigorosamente executado.